

Sobre o presente e o futuro da democracia na América Latina: o que dizem os conflitos sociais*

Por Silvio Caccia Bava**

* Artículo recibido en mayo de 2008.

Artículo aprobado en septiembre de 2008.

** Silvio Caccia Bava é sociólogo, coordenador executivo do Instituto Pólis, presidente da Alop.

Introdução¹

Já em 1992 Pierre Bourdieu identificava, no plano internacional, a crise da democracia. E lançava uma convocatória: é urgente criarmos as condições de um trabalho coletivo de reconstrução de um universo de ideais realistas, capazes de mobilizar as vontades sem mistificar as consciências. A democracia depende da educação dos cidadãos. Educação para a cidadania. E a melhor educação em política é a participação ativa –o que implica em uma transformação das instituições que permita e estimule a participação.

É desta participação ativa da cidadania que este artigo pretende tratar. De como vão se tecendo os laços de solidariedade, as articulações e mobilizações que se enfrentam com a dura realidade de pobreza e desigualdade, que permanecem sem grandes alterações e se constituem como os principais desafios de nosso continente. Os elementos presentes na conjuntura têm sinais contraditórios. A diversidade da América Latina se expressa nos seus conflitos regionais, mas as mobilizações trazem também traços comuns.

¹ Este artigo é baseado em pesquisa realizada pela Alop sobre a relação dos movimentos sociais, ong e partidos políticos na América Latina, 2006-2007.

Há uma tensão e uma disputa quanto aos sentidos da democracia. Ela deve servir aos interesses econômicos ou os interesses econômicos devem servir à democracia? Qual democracia? A reabertura deste debate sobre os sentidos da democracia reabre o debate sobre o futuro da América Latina, sobre as suas possibilidades de desenvolvimento. Democracia e desenvolvimento estão indissociavelmente articulados. As forças sociais e políticas em movimento, em cada momento, vão determinar os conteúdos destes conceitos.

Novos atores em cena

Entram em cena novos atores sociais e políticos, novas formas de articulação e de mobilização. Há no período atual um impressionante conjunto de mobilizações que remetem estes novos atores ao centro da cena pública. São forças sociais que se mobilizam em práticas de resistência, em defesa de direitos. Serão elas portadoras de aspirações e demandas que projetem novas políticas públicas e um novo papel para o Estado e para a cidadania? Serão elas capazes de afirmar seus direitos? Liberdades e direitos estendidos a toda a cidadania? Uma sociedade privatizada transformada em coisa pública?

O mapeamento das mobilizações e conflitos sociais ocorridos na América Latina em 2006 surpreende. Mostra um amplo mapa de resistências e de mobilizações portadoras de propostas de mudanças mais ou menos radicais, a depender do país.

As redes de cidadania, que se articulam cada vez com maior abrangência, se encarregam de politizar e disseminar estas mobilizações que, ao que parece, têm também um efeito indutor de estimular outras mobilizações, a partir das vitórias que conquistam. A experiência do movimento zapatista inaugura este tipo de postura, já no início dos anos 90, e indica a possibilidade da conexão de sentidos entre as mobilizações locais e a globalização das lutas contra o neoliberalismo (Sancho, 2006).

“Na AL o zapatismo, em 1994, declara guerra ao neoliberalismo. O MST amplifica o impacto do zapatismo. E se sucedem grandes mobilizações de camponeses e indígenas na Bolívia, Equador e Peru e em algumas regiões da Colômbia e do Chile. As lutas dos piqueteiros na Argentina ocorrem na mesma época e se inscrevem na mesma tendência geral. As numerosas manifestações mundiais contra o neoliberalismo desde Seattle, os impressionantes progressos adquiridos pelo Fórum Social Mundial, tudo isso demonstrou a comunicação existente entre as lutas sociais e processos políticos” (Borón, 2004).

Mas é preciso dizer que o cenário não permite ufanismos. Muitas dessas mobilizações não alcançaram os propósitos que pretendiam, como impedir a assinatura dos TLC com os Estados Unidos em vários países. Mas contribuíram para a modificação de uma cultura de aceitação das políticas que “vem de cima” e para uma maior articulação entre distintos atores da sociedade civil que se organizam para a defesa de direitos.

Em alguns países há o engajamento de entidades e movimentos nos processos eleitorais, revelando já neste momento uma particular relação destes movimentos com os partidos políticos que levaram, por exemplo, Evo Morales e Rafael Correa à presidência de seus países.

É de se notar que nestes dois países da região andina surgem novos partidos políticos estreitamente vinculados aos movimentos sociais, expressão de suas demandas e de sua presença na cena pública. Esta é a região que expressa maior polarização política em toda América Latina, onde, segundo Touraine (2006), se decide a vida política do continente e sua capacidade de inventar um modelo político e social capaz de operar sobre uma situação extraordinariamente difícil. “É na Bolívia que podemos perceber com mais clareza as possibilidades de se estabelecer um vínculo entre a luta contra a desigualdade e a luta pela democracia” (ibid.).

É preciso considerar que 2006 é um ano de eleições na América Latina. São 10 países da região que neste ano elegeram novos presidentes, isto em uma con-

juntura marcada pelo surgimento do que alguns chamam de novas maiorias políticas. Processos eleitorais que vão, em vários casos, revelar novas relações dos movimentos sociais com a política, e apontar a possibilidade de novas relações do Estado com a sociedade civil.

Considerado o período de dezembro de 2005 a dezembro de 2006, as eleições na Bolívia, no Chile, na Costa Rica, no México, na Colômbia, no Peru, na Nicarágua, no Equador, no Brasil, na Venezuela, trouxeram novos ares para a América Latina. Mesmo em países como o México, o Peru e a Colômbia, onde setores claramente conservadores ganharam as eleições, a conjuntura mudou. A fraude eleitoral nas eleições mexicanas, por exemplo, levou mais de um milhão de pessoas à frente do palácio presidencial em um ato simbólico de dar posse como presidente a Lopez Obrador, o candidato da oposição. Na Colômbia forma-se a Cumbre Nacional Itinerante, uma ampla coalizão de movimentos e organizações da sociedade civil que protesta contra a assinatura do TLC e a eleição de Uribe e mobiliza, no dia 15 de maio, 50.000 pessoas em defesa da vida, do território, da dignidade, da autonomia, e da soberania nacional.

Nos primeiros momentos de seus governos, Evo Morales e Rafael Correa buscam reforçar seus laços com os movimentos sociais e imprimir a seus governos a marca da mudança social. Para isso convocam referendos para a instituição de Assembléias Constituintes. Buscam o respaldo das organizações indígenas e dos setores populares de uma maneira geral, que conquistam pelo voto o direito a estes países elaborarem novas Constituições.

Aí está uma oportunidade dos movimentos sociais e suas organizações influírem no desenho de um novo Estado, de um novo pacto social, na perspectiva não de uma reforma, mas de uma refundação democrática. Por essas mesmas razões a reação dos setores conservadores se faz sentir de maneira mais polarizada, expressando-se, no caso da Bolívia, pela resistência oferecida por governos de províncias às políticas do governo central, por movimentos separatistas que defendem a autonomia política de suas províncias.

Seria necessário voltar bastante no tempo para encontrar outro exemplo tão impressionante de um vínculo forte entre os movimentos sociais e ações propriamente políticas de transformação social das instituições e da sociedade. Este caso seria o dos grandes movimentos camponeses que surgiram mesmo antes da revolução de 1952 na Bolívia e sua relação com o governo de Victor Paz Estenssoro.

“Em 1952 –durante o apogeu da Guerra Fria e a imposição no resto da AL de regimes de direita ‘anticomunistas’– a Bolívia, surpreendentemente, viveu uma das experiências revolucionárias mais radicais da história da AL.

Provocados por uma fraude eleitoral oficialista, os trabalhadores mineiros e os camponeses, conduzidos pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), com o apoio do Partido Operário Revolucionário (POR), trotskista, se mobilizaram em uma revolução violenta contra o Estado, o exército e a oligarquia mineira e latifundiária. Em combate aberto derrotaram o exercito regular e o dissolveram. O governo revolucionário do MNR, presidido por Victor Paz Estenssoro, decretou a nacionalização das minas de estanho e uma reforma agrária que os camponeses já estavam executando por conta própria. Em poucos anos esta revolução se moderou por pressões internacionais e necessidades de financiamento e apoio técnico. Mas os governos de Paz Estenssoro e seus sucessores até 1964 podem ser classificados de governos de esquerda” (Boersner, 2005).

A história das mobilizações sociais na América Latina ainda está por ser mais bem compreendida, sua dinâmica traz uma agenda de conflitos que se reiteram nas suas temáticas de luta contra as desigualdades e por mais democracia, mas que ampliam suas temáticas e ganham novas formas de expressão na atualidade.

Observando com mais atenção alguns desses conflitos, pode-se perceber que os processos de globalização reforçaram algumas agendas que têm como eixo temas que haviam desaparecido nos anos 90, como o da soberania nacional e

de novas alternativas de desenvolvimento. A estes temas, que podem ser chamados de recorrentes, somam-se novas proposições que permitem identificar pistas de interpretação sobre as apostas que estes movimentos sociais fazem como estratégia política: a democratização da democracia, o controle social sobre os governos.

Em uma dinâmica distinta, movimentos sociais de vários outros países buscam ampliar e fortalecer a participação cidadã em canais de participação. A visão de democracia que se desenha na aspiração destes novos atores políticos, principalmente no Cone Sul, tem como eixo as propostas de descentralização da gestão pública e de participação institucionalizada da cidadania nos processos de decisão. Propostas que se construíram ao longo de anos. Vêm de um acúmulo de experiências de gestão de governos locais e regionais por estes novos atores. Experiências que datam de mais de uma década, com destaque para as experiências do Brasil, mas que também se implementam, por exemplo, no Peru.

Discussões sobre estes novos ares na América Latina animaram o Fórum Social Mundial, realizado em 2006 na Venezuela, marcado por um clima de integração e solidariedade continental. O Fórum trouxe para discussão a questão estratégica de busca de novas alternativas de desenvolvimento para a região, debateu integração com soberania, matriz energética, defesa dos recursos naturais, novos mecanismos de comunicação e de financiamento do desenvolvimento, entre outros.

O novo –este revigoramento e politização dos movimentos sociais– guarda uma estreita relação com “a perda de legitimidade de algumas instituições democráticas –partidos e parlamentos–, o que contribui significativamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações que os sustentam. Favorece também o surgimento de novos movimentos sociais” (Mírza, 2006).

O mapa dos conflitos: o local e o global

O pano de fundo do ressurgimento dos movimentos sociais, desta perspectiva, é “a crise do modelo neoliberal, que culmina com em 2001 na Argentina. Essa crise trouxe conseqüências importantes no que diz respeito à constituição de novos sujeitos políticos: gerou novos atores sociais como os piqueteiros na Argentina, os pequenos agricultores endividados do México, os jovens e uma variedade de movimentos identitários, movimentos altermundialistas; potenciou forças sociais já existentes como os camponeses no Brasil e no México, os indígenas no Equador, Bolívia, partes do México e América Central; atraiu para as filas de contestação ao neoliberalismo grupos e setores sociais das classes médias, por conta de seus efeitos pauperizantes e excludentes” (Borón, 2004).

Outros analistas do cenário latino-americano não identificam esta tendência, reafirmando a disjuntiva entre democracia e desenvolvimento e apontando o descolamento da disputa democrática das questões estratégicas. Neste caso, os movimentos sociais estariam mais referidos a questões imediatas e não teriam este caráter transformador, limitando-se a expressar demandas de caráter mais corporativo, não apresentando uma capacidade de intervir na política. Esta mesma disjuntiva permitiria compreender as contradições aparentes presentes em vários governos, que se identificam com o discurso da esquerda, mas estariam praticando políticas de direita, isto é, dando continuidade às políticas neoliberais.

É importante observar que as leituras da situação da América Latina se diferenciam, se consideradas as distintas regiões do continente. Na região compreendida por México, América Central e Caribe, a visão é de um período de resistências e de grandes dificuldades para assegurar a garantia de direitos. Na região andina, polarizada entre esquerda e direita, a leitura é de que as instituições democráticas existentes não dão conta de processar o conflito e atender as demandas sociais e, por esta razão, se faz necessária a refundação democrática, com toda a radicalidade que ela possa conter. No cone sul,

onde as instituições democráticas puderam absorver, em alguma medida, os novos atores políticos, o conflito se processa principalmente através de canais de participação e seu horizonte é a realização de reformas, nos marcos das institucionalidades vigentes.

Estas diferenças expressam distintas dinâmicas do conflito social, mas encontram seu denominador comum naquilo que José Nun, em um texto clássico, chamava da “rebelião do côro” (Nun, 1983).

Ainda que em muitos casos as reivindicações e propostas de que os movimentos sociais são portadores não tenham sido vitoriosas, como ocorre nas lutas contra os TLCs, os acontecimentos de 2006 permitem identificar, em concreto, o que são as lutas de resistência contra as políticas neoliberais e contra uma integração subordinada ao processo de globalização. E permitem identificar igualmente, em vários países, avanços nos processos de democratização da sociedade e do Estado.

A evolução dos preços internacionais tanto do petróleo quanto de minerais abundantes na América Latina provocou um especial interesse das grandes empresas transnacionais, que promoveram um intenso processo de aquisições na região, gerando movimentos de resistência popular no sentido da defesa dos recursos naturais como fatores de desenvolvimento nacional, no sentido da defesa do emprego e do trabalho e contra a contaminação ambiental que tais projetos trazem.

Panamá, Guatemala, Honduras, Peru, Equador, Bolívia, Chile, em 2006 têm mobilizações contra a concessão para mineradoras transnacionais de regiões de exploração em seus países.

Neste quadro de mobilizações em defesa dos recursos naturais pode-se incluir tanto a nacionalização do petróleo na Bolívia, que se realiza sob pressão dos movimentos sociais; quanto a disputa entre Uruguai e Argentina com relação

às indústrias de produção de papel e celulose e a contaminação das águas delas decorrentes.

Outro conjunto de mobilizações, também ligada à temática ambiental, se dá em torno do tema da água, considerada um recurso estratégico cada vez mais escasso. A água passa a ser objeto de disputas e mobilizações em praticamente todo o continente como parte de um processo de resistências que já conta com vários anos, mas que em 2006 se expressa na Costa Rica, Nicarágua, Peru, Equador, Chile, Argentina, Bolívia. São mobilizações contra a privatização da água potável e pela proteção dos recursos hídricos como bem público.

A contaminação ambiental entra mais uma vez na agenda das mobilizações por conta da ação criminosa de empresas multinacionais detentoras de monoculturas de exportação, que se utilizaram de inseticidas como o Nema-gon, que provocou doenças em milhares de pessoas e centenas de mortes entre os agricultores da Nicarágua e do Panamá. As comunidades se mobilizaram demandando a proibição do uso do inseticida, atendimento de saúde e indenizações. As mobilizações de camponeses contra as fumigações das plantações de coca na Colômbia e no Equador têm o mesmo sentido de solicitação de reparação de danos e proibição da continuidade das práticas de contaminação.

O mapa dos conflitos de 2006 traz também para discussão o tema da concentração da propriedade da terra, já em si um tema de conflitos históricos, mas que se agudiza em razão do modelo agro-exportador baseado em culturas extensivas de soja e cana-de-açúcar. Esses processos geram a expulsão dos pequenos agricultores familiares, aumentando a pressão por novas políticas de assentamentos rurais e pela reforma agrária. Trabalhadores rurais sem-terra se mobilizam, promovem ocupações, realizam marchas, no Paraguai, Brasil, Bolívia, neste ano.

O mapa dos conflitos aponta também para o tema da precarização dos serviços públicos e para a desqualificação do seu funcionalismo.

O predomínio da lógica do mercado, do interesse das grandes empresas, fez com que as políticas públicas de educação e saúde se fragilizassem. Com a ótica privatista, o Estado promoveu a deterioração destes serviços públicos. O objetivo foi forçar a migração da parte da população com capacidade para pagar por estes serviços para escolas privadas e seguros privados de saúde. Essa deterioração se deu pela redução do salário real de seus trabalhadores, pelo corte de verbas públicas, pelo rebaixamento da qualidade do ensino e do atendimento de saúde públicos.

México, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Chile, Paraguai, Argentina, Brasil, Uruguai, registraram mobilizações de professores do ensino público por reajustes salariais, verbas públicas para educação e por maior qualidade no ensino. Reivindicação que no Chile é sustentada também pela mobilização de 400.000 estudantes secundaristas, no movimento que veio a ser conhecido como “revolução dos pingüins”.

Honduras, Nicarágua, Chile, Paraguai, Brasil, têm mobilizações de médicos e enfermeiras dos serviços públicos por reajustes salariais.

Mas para além das lutas pela afirmação de direitos que se expressam em demandas específicas, vários países têm grandes mobilizações em países como Costa Rica, Peru, Colômbia, Equador, Uruguai contra a proposta de acordos comerciais com os Estados Unidos –os TLCs– que implicam numa integração subordinada e na destruição da capacidade produtiva dos pequenos e médios produtores.

Os pequenos produtores rurais da Costa Rica mostram uma grande preocupação com a destruição de seus negócios em razão da possível aprovação do TLC. O local e o global se articulam nestas interpretações e mobilizam estes trabalhadores rurais para engajarem-se em agendas de âmbito nacional e internacional.

É de se observar que estas reações se devem também à mudança de estratégia dos EUA depois de novembro de 2005, quando em Mar Del Plata, em encontro dos presidentes do MERCOSUL, estes presidentes, em conjunto, recusaram a proposta da e Área de Livre Comércio das Américas – a ALCA. Os EUA intensificaram suas políticas de promover TLCs com cada país, buscando estabelecer relações bilaterais.

No mesmo registro das mobilizações que tratam de questões nacionais e estratégicas, das alternativas de desenvolvimento, estão as mobilizações no Panamá contra a ampliação do canal.

É importante considerar o engajamento dos movimentos sociais nos processos eleitorais de alguns países como mobilizações populares. Essa postura se expressa, por exemplo, na candidatura de representantes destes movimentos para o parlamento em vários países assim como na eleição de Evo Morales. É uma forma de “entrada” dos movimentos sociais na política, uma nova relação dos movimentos sociais com os partidos políticos.

As identidades de propósitos de mudanças sociais são por vezes compartilhadas entre governos, partidos e movimentos sociais, em alguns países. Este alinhamento de interesses e de formas distintas de exercício de poder abre um novo período que traz o debate sobre o futuro, sobre novas alternativas de democracia e de desenvolvimento. “O que está ocorrendo na região, é, na verdade, a busca de opções, de caminhos que se abram a novos esforços que ofereçam respostas diferentes, capazes de superar a exclusão social e política de uma grande maioria de pessoas” (Rojas, 2006)

Estes movimentos sociais, por sua vez, apresentam-se como expressão de um amplo arco de organizações da sociedade civil, que se organizam em frentes contra o “inimigo comum”. Criam-se articulações de âmbito nacional ou regional que agregam uma infinidade de redes menores, associações, sindicatos, entidades, movimentos sociais, ONGs. São estas articulações nacionais que

politizam as demandas sociais, lhes dão um sentido comum e as condensam nas mobilizações registradas.

As articulações

Como se dá a relação entre entidades e movimentos sociais tão distintos, quando se organizam nestas mobilizações nacionais?

Um primeiro ponto relevante é a importância que determinados eventos da conjuntura política tem para a conformação de alianças e articulações entre os movimentos e entidades sociais. Eventos como os referendos convocados sobre a assinatura do Tratado de Livre Comércio (TLC) com os EUA na Costa Rica, ou sobre a ampliação do canal no Panamá, ou as Constituintes que se instalam na Bolívia e no Equador, tiveram um papel fundamental como “in-dutor” da articulação entre movimentos sociais e ONGs, contando também com a participação de alguns partidos políticos.

Nos dois referendos estavam em jogo medidas de caráter nacional e com amplas implicações para diversos setores da sociedade. O TLC em debate na Costa Rica legisla sobre regimes de impostos, compras governamentais, direitos autorias e até mesmo sobre meio ambiente. Este fato “auxiliou” a confluência de vários movimentos sociais e entidades, envolvidos com as mais diversas áreas, desde sindicatos até ONGs ambientalistas e feministas, numa frente única de mobilização contrária à assinatura do Tratado.

Situações de graves crises econômicas, como as que levaram à deposição de três presidentes na Argentina em 2001 e 2002 e que chegou a atingir o vizinho Uruguai, além do conflito armado na Colômbia, que já dura mais de 40 anos, foram acontecimentos que “facilitaram” a articulação dos movimentos e entidades sociais. A Frente Nacional de Luta contra a Pobreza, na Argentina, e a “Concertação para o Desenvolvimento”, no Uruguai, assim como as articulações das organizações sociais pelo acordo humanitário com a guerrilha e

por uma saída política ao conflito colombiano, são processos que expressam agendas comuns de defesa da cidadania.

“Redes e Fóruns contribuem para legitimar e potenciar as capacidades de cada integrante, levando à definição de um mínimo denominador comum que condensa os interesses da maioria popular. Nestas articulações que incorporam também partidos políticos, reafirma-se a força e validade das mobilizações sociais contribuindo para aumentar sua capacidade convocatória e de mobilização cidadã” (Mirza, 2006).

Além de aumentar a incidência propriamente política dos movimentos e entidades sociais, estas articulações têm como “subproduto” a criação de redes de contato intrapessoais e a geração de confiança entre os atores sociais. Além disso, as articulações possibilitam também a troca de experiências de luta e mobilização.

Conflitos locais e regionais também podem ser importantes para a articulação dos movimentos e entidades sociais e a criação de agendas comuns, como indica o exemplo das mobilizações que “sacudiram” o estado mexicano de Oaxaca no ano de 2006.

Embora em vários países da região o sistema democrático eleitoral e as eleições tenham sido utilizados como ferramentas para a construção de alternativas políticas, a experiência específica no México leva alguns movimentos e entidades sociais a verem cada vez menos o Estado e os canais institucionais de representação como espaços legítimos para processar o conflito e elaborar alternativas para sua superação.

Outros analistas já apontam os limites destas articulações interpretando que os movimentos sociais estariam mais preocupados com suas demandas específicas e com seus interesses “corporativos” do que em buscar consensos básicos com os outros movimentos sociais. Para os defensores deste ponto de vista, a sociedade civil na América Latina estaria fragmentada em suas lutas

locais e específicas e teria que superar estes interesses mais imediatos para pensar em projetos mais coletivos e de longo prazo.

Movimentos sociais e sistemas políticos

Em sua maioria, as articulações entre os movimentos e entidades sociais no período analisado nasceram a partir de eventos da conjuntura política que “facilitaram” a organização de diversos atores sociais em torno de uma agenda comum de mobilização. Observa-se que estas alianças são contingentes e se organizam de forma horizontal. Embora em alguns casos tenha havido a participação dos partidos políticos, há sempre o cuidado em buscar garantir a autonomia destes movimentos sociais e das redes de cidadania que os sustentam e evitar que os mesmos assumam o protagonismo político e “utilizem” a mobilização conjunta em benefício de seus interesses político-eleitorais.

Ainda segundo as teses elaboradas por Mirza a partir de sua pesquisa, ele encontra elementos para afirmar um caráter propositivo dos movimentos sociais. “A maior autonomia dos movimentos sociais com relação aos partidos políticos habilita os movimentos a gerarem, a produzir e oferecer, alternativas de construção democrática sobre novas bases, na medida em que setores sociais integram estes movimentos e os sustentam, dando-lhes representatividade e legitimidade” (Mirza, 2006).

De fato, há uma ampla rejeição ao sistema político eleitoral e aos partidos políticos tradicionais, caracterizados como ineficientes, oligárquicos, corruptos e vinculados aos interesses econômicos das elites nacionais e estrangeiras. A rejeição à “partidocracia” levou a extremos. No caso equatoriano, por exemplo, levou a que o partido vitorioso de Rafael Correa, com poucos meses de existência, decidisse não apresentar candidatos nas eleições para o Congresso Nacional em repúdio a “politiqueria” dominante no país, sacudido por diversas crises econômicas e institucionais nos últimos anos. Mesmo em outros ca-

sos, como o boliviano e venezuelano, onde as maiorias que elegeram os atuais presidentes elegeram também representantes para o legislativo, há um grande rechaço aos partidos tradicionais.

O problema da representação e da legitimidade política dos partidos continua em questão. Na avaliação de Touraine: “Não se constituiu um laço entre os movimentos sociais, fundados nos trabalhadores, em setores urbanos e, inclusive, em grupos étnicos, e partidos políticos que aceitem colocar claramente as lutas sociais dentro de um marco institucional que poderíamos chamar, ao menos formalmente, de democrático” (Touraine, 2006). Os partidos são caracterizados como atores interessados apenas em galgar posições de poder com vistas a usufruir das prebendas oriundas do mesmo, como cargos importantes na administração pública e prestígio social.

A busca por chegar a posições de poder leva vários partidos políticos a estabelecerem alianças “pragmáticas” e até mesmo “oportunistas” com os mais diversos setores da sociedade, inclusive com os grandes interesses econômicos e setores conservadores. Esta característica está presente tanto em partidos ditos de “direita” como também naqueles localizados à “esquerda” do espectro ideológico.

O comprometimento destes partidos com os interesses do “status quo” explica o não interesse em promover reformas sociais profundas, deixando de lado as agendas de reivindicações dos movimentos sociais. A busca pelo poder leva os partidos a adotarem uma visão de curto-prazo, em grande medida preocupada apenas em garantir seus interesses e manter o poder, o que dificulta alianças e compromissos mais estratégicos com os setores da sociedade civil empenhados em promover mudanças sociais. Mais ainda, estes partidos progressistas perdem a “autoridade moral” perante as organizações sociais na medida em que reproduzem os mesmos “vícios” da política tradicional contra os quais estes mesmos partidos e a grande maioria dos movimentos sociais lutaram ao longo de suas trajetórias.

O rechaço aos partidos políticos e à sua lógica de ação levou alguns atores sociais e políticos e intelectuais a adotarem uma postura não só de rechaço à política tradicional, como de empenho na construção de um “contra poder”, isto é, de promover a luta política às margens das eleições e das instituições do sistema político e, conseqüentemente, fora do âmbito dos partidos políticos.

A recusa de participar das disputas eleitorais e a tentativa de buscar novas formas de atuação política “por fora” das instituições democráticas é uma posição assumida, neste ano de 2006, pela “Outra Campanha”, protagonizada pelo movimento zapatista. Num certo sentido pode-se dizer que essa posição é compartilhada pelos integrantes da APPO, de Oaxaca, quando declaram que querem assumir a construção da nova sociedade com as próprias mãos.

A idéia do “contra poder” social encontra eco em reflexões que analisam outras realidades continentais e se coloca como uma questão de relevância na agenda mundial, em face do desgaste das democracias em todo o mundo.

Pierre Rosanvallon, por exemplo, apresenta a idéia da “contra-democracia”, entendida como uma forma de democracia disseminada pelo corpo social, a democracia da desconfiança organizada frente à democracia da legitimidade eleitoral. Algo que, na sua visão, visa prolongar e ampliar os efeitos das instituições democráticas legais. Seu argumento se baseia em uma compreensão de que não estamos vivendo um momento de apatia da sociedade civil, ou de declínio do papel da cidadania, mas de uma mutação no seu comportamento, que se funda agora em processos de controles sociais sobre os governos, de monitoramento das políticas, de revelar a sociedade a ela mesma, dando sentido e forma a um mundo no qual os indivíduos têm uma dificuldade crescente de se orientar (Rosanvallon, 2007).

Outro motivo é o distanciamento dos partidos políticos das necessidades da população, incapazes de representar as demandas de amplos setores da socie-

dade dentro do sistema político. A lógica instrumental dos partidos políticos com os movimentos sociais e as organizações que os suportam é outro ponto de tensão. Os partidos buscam “ocupar” os espaços de discussão e deliberação construídos pela sociedade civil e “cooptar” os movimentos e entidades sociais, o que dificulta alianças formais com os partidos.

Há uma recusa da parte destas redes de entidades e movimentos sociais de se estabelecer alianças com partidos políticos. E isso cria problemas. Como os movimentos sociais e as organizações que os sustentam irão construir as mediações com o mundo da política, com as instituições democráticas de governo?

Embora tenham críticas à lógica partidária e à política existente, os setores mobilizados da sociedade civil reconhecem que o contato com parlamentares e com alguns membros dos partidos políticos é fundamental na mobilização social. Este contato permite a troca de informações relevantes. O apoio de parlamentares de alguma maneira comprometidos com as agendas de reivindicação dos movimentos e entidades sociais permite também uma prática de lobby e pressão nos órgãos legislativos visando a aprovação de leis favoráveis às demandas de ONGs e movimentos sociais.

Se observarmos os novos presidentes “progressistas” eleitos recentemente nestes países (Michele Bachelet no Chile, Lula no Brasil, Nestor e Cristina Kirchner na Argentina e Tabaré Vázquez no Uruguai), todos fazem parte de importantes partidos políticos com uma longa trajetória de participação no sistema político institucional, comprometidos com as regras do jogo da democracia representativa existente. Os partidos políticos são considerados peças fundamentais na democracia enquanto mecanismos de representação das demandas da sociedade. Também são considerados imprescindíveis quando se trata da promoção das mudanças sociais.

Ganham destaque algumas experiências de “novos” partidos políticos que emergiram na cena política latino-americana nos últimos anos. Trazem em

comum a ênfase no rompimento com a política tradicional que estas experiências representariam. O MAS, na Bolívia; Alternativa Democrática, no Equador; o Partido Acción Ciudadana, na Costa Rica; e a Unificación Democrática, em Honduras. Estes partidos estariam hoje mais próximos das organizações populares e movimentos sociais, respeitando sua identidade e independência, e preocupados com suas demandas e reivindicações.

O desafio está na formulação de um novo modo de fazer política, dos partidos políticos representarem os anseios e expectativas da população e com isso ressignificarem a democracia representativa. Esta é a grande aposta colocada nestas experiências de renovação dos partidos políticos.

O Equador tem o exemplo de Alternativa Democrática (AD), um movimento político formado em 2005 com vistas a tornar-se um partido, que elege o presidente da república em 2006. A principal proposta de AD é promover o questionamento da política por meio da política, criticando ferozmente os partidos políticos (*a partidocracia*). Esta crítica não se dá no sentido de que os partidos não deveriam existir, mas sim que os mesmos deveriam adotar novas práticas.

A AD reivindica a ruptura com as velhas estruturas. Propõe-se construir uma democracia mais ampla do que a mera “democracia liberal instrumentalista”, com vistas a obter a igualdade e tornar-se capaz de catalisar as demandas da sociedade. O empenho em promover a ruptura com o sistema político atual levou a AD a investir toda sua capacidade em conquistar a maioria na Assembléia Constituinte, instalada em 2007, o que de fato aconteceu. A AD entende a Constituinte como um espaço fundamental para promover mudanças.

Na Venezuela, palco de importantes mudanças políticas e de uma ampla polarização social em torno da figura “polêmica” do presidente Hugo Chávez, há também um grande rechaço aos partidos políticos tradicionais e à política tradicional que dominou o país. Também aí houve um processo constituinte

empenhado em promover mudanças profundas no país. A nova Constituição, promulgada em 1999, redefiniu vários aspectos da relação entre Estado e Sociedade.

Estes processos buscam redefinir relações de poder e os mecanismos de processar os conflitos sociais em novas bases. Requerem a “existência de sujeitos sociais, sujeitos históricos, que imaginem e desejem a democracia, que se organizem e lutem por ela, que se constituam nas condições econômicas, culturais e políticas existentes” (Grzybowski, 2004).

O futuro da América Latina não depende de seus governos, mas da capacidade dos movimentos sociais promoverem rupturas que abram novos horizontes. “Somente a participação substantiva da sociedade civil e particularmente dos movimentos sociais na refundação da democracia latinoamericana consolidará um modelo de convivência e construção de relações igualitárias no plano econômico e político” (Mirza, 2006).

Nunca a democracia foi tão valorizada no continente. A análise destas eleições de 2006 permite identificar o surgimento de novas maiorias políticas que elegem novos governos. A novidade é que vários destes novos governos representam as grandes maiorias excluídas do sistema político.

O tema das novas maiorias políticas é da maior importância. São elas que abrem novas possibilidades históricas, que permitem o afastamento das elites tradicionais do aparato do Estado e a disputa pelos recursos públicos. A leitura dos acontecimentos permite identificar que a conformação destas novas maiorias se dá nos enfrentamentos com “inimigos comuns”, elas surgem das mobilizações sociais, nos processos de construção de frentes nacionais de luta, de grandes articulações entre movimentos sociais. Trata-se de toda uma subjetividade que se vai construindo, uma representação do mundo e de si mesmos num plano coletivo que vai criando novas capacidades de intervenção no cenário público e da política.

No Equador, o reconhecimento da diversidade dos povos e culturas indígenas é apontado como um importante aspecto do respeito e valorização da pluralidade na democracia, assim como da defesa do direito dos povos latino-americanos aos recursos naturais (petróleo, gás, recursos hídricos, coca) e a maior preocupação com o “social”, isto é, uma maior ênfase em políticas de promoção da equidade social. Há aqueles que identificam nos processos de mudanças em curso na Bolívia, no Equador e na Venezuela, a construção de um projeto do “socialismo do século XXI” respaldado pelo voto popular.

Já no Cone Sul as mudanças em curso teriam um caráter mais limitado e reformista, dada a capacidade dos sistemas políticos de abrir-se a processos participativos. As tensões se explicam pela pouca capacidade que os governos têm em absorver as contribuições e propostas desta participação devido às políticas de alianças eleitorais e de governos que acabam por bloquear iniciativas de mudança.

Nestes países observa-se uma maior permeabilidade do Estado às demandas das organizações sociais, uma ação mais “propositiva” destes movimentos sociais e a possibilidade de um trabalho conjunto com órgãos estatais. Ao lado disso percebe-se um papel mais ativo do Estado na promoção de políticas redistributivas, na indução do desenvolvimento econômico, na implementação de políticas sociais.

As relações da sociedade civil com o Estado se modificam. A postura de oposição sistemática desenvolvida como práticas de resistência pelos movimentos sociais durante o período dos regimes autoritários é substituída, em alguns casos, pelo apoio às políticas do governo, políticas essas que se formulam para atender as demandas sociais. Mas permanece uma “desconfiança” com relação aos novos governos “progressistas” em virtude da prática de “cooptação” de amplos setores da sociedade civil pela via dos programas sociais focalizados, e de suas lideranças para ocupar posições e cargos no aparelho estatal. A principal crítica feita a estes governos é de se apresentarem como “governos

de esquerda”, ao mesmo tempo em que continuariam implementando as políticas neoliberais/de direita. Estariam administrando as antigas políticas de direita com uma nova “roupagem” de esquerda.

Abre-se neste período um amplo questionamento sobre a capacidade da democracia, tal como se apresenta hoje na maioria dos países da América Latina, solucionar os graves problemas sociais que afligem os países da região. Existe uma questão de fundo, que é a avaliação das potencialidades e limites de ação de governos “de novo tipo”. A questão é política, não econômica. E os governos sempre serão a expressão dos setores mais fortes e mais mobilizados na sociedade.

Bibliografia

Boersner, Demetrio, 2005, “Governos de esquerda na AL: tendências e experiências”, em *Nueva Sociedad*, número 197, Caracas, mayo-junio.

Borón, Atilio, 2004, “A esquerda latinoamericana no começo do século XXI: novas realidades e urgentes desafios”, em *OSAL*, número 13, janeiro-abrilo.

Grzybowski, Cândido, 2004, “Democracia, sociedad civil y política en América Latina: notas para un debate”, em Undp, *La democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanos y ciudadanas*, Buenos Aires.

Mirza, Christian Adel, 2006, *Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina: la construcción de nuevas democracias*, Buenos Aires, Clacso.

Nun, José, 1983, “A Rebelião do Coro”, em *Desvios*, número 2, São Paulo.

Rojas, Francisco, 2006, “O novo mapa político latinoamericano”, em *Nova Sociedade*, número 205, setembro-outubro.